

A MISSÃO AD GENTES NA PERSPECTIVA DAS “NOVAS FRONTEIRAS” JUNTOS AOS POVOS INDÍGENAS

*de Raymundo Camacho Covarrubias
becamacho@yahoo.com.br*

RESUMO: Neste artigo tentar-se-á expor como essas “novas fronteiras”, nem sempre geograficamente definidas, imaginária ou ideológicas, mas sempre reais, afetam a humanidade e o nosso planeta. E, de como estas se reproduzem em populações micro sociais como os povos indígenas e populações tradicionais, deixando enormes e irreparáveis marcas de exclusão e destruição nas culturas tradicionais e no meio ambiente.

ABSTRACT: In this article we will try to expose how these “new frontiers”, not always geographically defined, imaginary or ideological, but always real affect humanity and our planet. And how they reproduce in micro-social populations such as indigenous peoples and traditional populations, leaving enormous and irreparable marks of exclusion and destruction in traditional cultures and the environment.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos os avanços tecnológicos têm andado a passos gigantescos. Nunca antes a globalização tinha sido tão abrangente e evidente no mundo inteiro como o tem feito através dos meios de comunicação atuais. Com tal feito o mundo se tornou mais pequeno. Ou como diz o Papa Francisco, “*A globalização, através dos atuais meios de comunicação nos tornou mais próximos ...*”

No entanto os pensadores, fazendo eco com as palavras do Papa, afirma que, mesmo com os grandes avanços tecnológicos e

econômicos a humanidade tornou-se mais egoísta, excludente e individualista, criando divisões tão profundas entre si, que rápido se transformam em “novas fronteiras”, na sua grande maioria ideológicas.

Neste artigo tentar-se-á expor, de uma forma sucinta como essas “novas fronteiras” foram introduzidas entre os povos indígenas e sociedades tradicionais, os prejuízos e a destruição que estas vêm causando à cultura e às tradições dessas populações, como também no meio ambiente.

PREÂMBULO

Ao se falar da missão *ad gentes*, acredita-se seja claro, ao menos no ambiente religioso, que se trata do dever principal da Igreja. Isto é, da resposta ao mandato feito pelo próprio Jesus Cristo a seus discípulos (cf. Mt 28,19).

Para as Congregações Religiosas missionárias, como a dos Missionários Xaverianos, que têm no *ad gentes* o fundamento principal da sua ação missionária associado ao *ad extra*, até alguns anos atrás tudo era tranquilo, tendo como base ou referência a divisão geográfica, estabelecida pela geopolítica, reconhecida universalmente, seja esta, um continente, um país, um estado ou um município, podendo ser também uma nação ou até mesmo um território.

No entanto, os documentos da Igreja, sobretudo a partir do Vaticano II, tanto como as ciências sociais apontam outras várias divisões que através do tempo vão sendo criadas na sociedade; e, através de determinadas circunstâncias nem sempre positivas, terminam se transformando em “novas fronteiras” entre os seres humanos.

No mundo atual influenciado pela globalização essas novas fronteiras foram idealizadas a partir dos interesses econômico, político e de poder; a própria divisão em “blocos”, obedece a tal ideologia e interesses. Atualmente é muito comum falar de fronteiras sociais, culturais, econômicas e de inclusão, mas pou-

co ou quase nada se fala dos efeitos negativos como exclusão, destruição, pobreza e “descarte” que tal divisão está causando à humanidade e ao nosso planeta.

Nos últimos tempos o Papa Francisco fazendo ecoar o pensamento da Igreja, tem se tornado um sinal de denúncia e alerta da catástrofe que aguarda à humanidade, se a atitude egocêntrica dos blocos econômicos e de poder que controlam a economia mundial não mudar. O mundo atual precisa de uma filosofia mais igualitária, inclusiva e solidária.

Quando ele fala de estarmos atentos às “novas periferias”, fazendo referência indireta às novas fronteiras que a sociedade atual tem produzido, não é para contemplar ou se maravilhar, mas para alertar-nos sobre o sofrimento e exclusão que elas vêm causando em enormes contingentes da humanidade.

A base da formação ou aparecimento das novas fronteiras sobretudo, entre as populações mais frágeis e desprotegidas, sem dúvida encontra seu fundamento na globalização com seu sistema de mercado neoliberal.

Persistem hoje, no mundo, inúmeras formas de injustiça, alimentadas por visões antropológicas redutivas e por um modelo econômico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem. Enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê a própria dignidade ignorada e seus direitos fundamentais ignorados ou violados (cf. FT 22)

UMA BREVE RESENHA

Até meados da década de 1990, a influência da globalização no meio das populações indígenas ainda era mínima e de pouca significância; aliás, até os próprios missionários que na época estavam iniciando o convívio com os povos indígenas, tinham certa dificuldade para explicar ou definir a tal da globalização, os interesses e os perigos que ela poderia trazer não só para os povos indígenas, mas para as populações mais carentes da sociedade.

Até a virada do século os missionários ainda tinham a oportunidade de conhecer e conviver com vários grupos indígenas que ainda viviam e cultivam as tradições que receberam dos seus antepassados. Para alguns deles, sobretudo aqueles que levavam no sangue a mistura das culturas, era como um sonho e ao mesmo tempo uma realidade, em plena virada do século vivenciar a experiência do convívio com esses povos.

Era uma grande honra ser recebido e passar longas temporadas tentando aprender a viver uma forma de vida totalmente diferente da que se vivia no meio da sociedade. (Diários de Campo dos Xaverianos, 1997-2003, biblioteca da Pastoral Indigenista, Redenção, PA).

Tinha-se a sensação de estar vivendo num pedaço do paraíso, mas por outro lado aparecia a preocupação de que a presença de estrangeiros por períodos prolongados no meio dessas populações, viesse trazer mudanças significativas nas formas de vida, cultura e tradições delas. Os próprios missionários inseridos nas populações indígenas, reconheciam que mesmo se esforçando bastante em ser coerentes, acabavam manifestando as necessidades da cultura ocidental dominante.

DIVISÕES INTERNAS

Fronteira ideológicas entre gerações

Não sabemos a ciência certa se foi por uma “ironia do destino” ou por ter sido um dos principais meios de divulgação das ideologias da globalização, mas os primeiros sinais de mudança nas formas de vida e costumes dos povos tradicionais, vieram através da “educação oficial”, implantada pelo Estado nas aldeias dos povos indígenas; querendo ou não a globalização era um dos principais pilares de desenvolvimento pregado pelo sistema do qual também a educação oficial faz parte.

Aconteceu que vários dos municípios da região amazônica foram orientados pela SEDUC assumir a educação indígena nas aldeias, enviando professores externos sem nenhuma preparação

prévia sobre a língua e cultura dos povos indígenas, assumindo as funções educativas, até então realizada pelos missionários. Dessa forma os missionários religiosos e leigos, que desenvolviam a função de professores a pedido dos indígenas tiveram que passar a função para os professores do Estado.

Vários missionários leigos inclusive, que atuavam como docentes acabaram desistindo da missão por acharem que não tinham mais o que fazer nas aldeias. A própria presença dos missionários religiosos nas aldeias, passou a ser questionada, por estes não concordar com a forma de educação que o Estado começou a aplicar nas aldeias. Tratava-se de uma educação completamente descontextualizada, os professores não tinham recebido nenhuma preparação específica para atuar nas escolas indígenas; a maioria deles não tinha nem noção do que era uma educação intercultural, bilingue e diferenciada.

Isto não quer dizer que a educação assumida e ministrada até então pelos missionários, leigos e religiosos, não fosse oficial. Era sim, só que à diferença do Estado, os missionários que atuavam como professores nas aldeias indígenas, além de observar as normas da educação formal do Estado, seguiam as orientações de Conselho Indigenista Missionários CIMI, que por sua vez se baseava nos princípios constitucionais sobre a educação indígena, isto é, a mesma deveria ser: *“bilingue, intercultural, específica e diferenciada”*.

Não precisou de muito tempo, para que entre a juventude indígena começaram a se manifestar os sinais de inconformidade e rejeição aos sistemas da própria organização tradicional, sonhando serem os arautos e principais beneficiários das ilusórias mudanças e benefícios da tal globalização, que era introjetada no imaginário da juventude indígena, mas que infelizmente se gestava na sociedade mundo afora.

Concomitante com a educação chegou também às aldeias a televisão, que facilitou a total assimilação da ideologia da globalização. Chavões de propaganda e o mundo da moda, eram temáticas recorrentes entre a juventude indígena na época.

Os conflitos locais e o desinteresse pelo bem comum são instrumentalizados pela economia global para impor um modelo cultural único diz o Papa Francisco, retomando o pensamento do seu antecessor. Essa cultura unifica o mundo, mas divide as pessoas e as nações, porque “a sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mais não nos faz irmãos” (cf. FT 12).

A sabedoria dos sábios e anciãos não se engana, logo começaram a perceber as mudanças e divisão nas novas gerações. Hoje parecem tão presentes, as palavras ditas por um dos grandes e respeitável caciques do povo Me-be-ngô-kre naquela época.

Ele diz: “É, meu amigo Wajangá! (padre missionário). É muito bom que os jovens aprendam as coisas dos brancos, porque a terra (o mundo) é muito grande, mas o branco é muito esperto (malandro), ele engana. Pior ainda, os nossos jovens agora só querem saber das coisas do branco, não se interessam mais pelas coisas do índio, da nossa cultura. Um dia vão esquecer!” É não é que a profecia há um tempo vem se cumprindo. (DIARIOS DE CAMPO).

Fronteiras econômicas e de poder

“O dinheiro (Pi’òk kapri) produz desintegração, divisão e pobreza”.

Um outro sinal das mudanças começou a ser percebido com a entrada de dinheiro vivo de forma individual ou pessoal. Isso não quer dizer que antes não entrasse ou fosse desconhecido, o dinheiro era bem conhecido inclusive com nome próprio na língua kayapó, *Pi’òk kapri* (folha triste), só para dizer que era uma coisa sem consistência própria e, até mesmo para economia dos povos indígenas tinha pouca significância.

Nessa época, uma grande maioria dos indígenas da região amazônica mantinham uma economia própria, baseada nas tradições ancestrais. Praticavam uma agricultura de “subsistência” que lhes garantia a alimentação por dois ou três anos, o resto ou complemento (carne, peixe, frutas e sementes), era oferecido pela generosidade e abundância da própria natureza. “*Só não tinha o que comer quem não quisesse trabalhar ...*”.

Entre as décadas de 1960 a 1980 entraram montanhas de dinheiro na maioria das comunidades e aldeias indígenas de toda a região amazônica, primeiro com o garimpo e logo com a extração de madeira; ambas as práticas ilegais e clandestinas, mas não se tem conhecimento de algum povo indígena que tenha enriquecido nesse período. Sabe-se, no entanto, que a partir dali começou a destruição e a contaminação de meio ambiente; a divisão entre as comunidades, mesmo latente, se manifestava timidamente; algumas comunidades, porém, ficaram mal-acostumadas com a entrada de mercadorias dos brancos.

Na época apesar de que entravam grandes quantidades de dinheiro, as divisões internas nas comunidades indígenas eram pouco perceptíveis, de um lado porque só as lideranças e o grupo dos guerreiros eram habilitados a fazer negócios com os brancos, porque eram aqueles que mais ou menos entendia o português; por outro lado, os próprios indígenas ainda mantinham a convicção e a credibilidade nas instituições e organizações sociais tradicionais. Tanto o dinheiro quanto os bens adquiridos nas negociações, da mesma forma que a propriedade da terra, eram percebidos dentro do aspecto coletivo ou comunitário.

Os bens adquiridos nos negócios eram administrados pelas autoridades em curso (metades complementares) às quais cabia fazer a distribuição “equitativa” entre todas as famílias da comunidade, de maneira que ninguém passasse necessidade.

Até ali, tudo ia mais ou menos bem. Dependendo da experiência e engajamento dos missionários ainda dava para orientar as gerações mais jovens sobre os riscos e perigos que ocorreriam se não se mantivessem unidos dentro das próprias organizações tradicionais.

Na época, dos não indígenas presentes nas aldeias, entre professores, chefes de posto, enfermeiro e missionários, cabia a estes últimos fazer o papel de “advogados do diabo”, pois eram eles os que mais ou menos entendiam e percebia os prejuízos que a globalização traria para os povos indígenas (DIARIOS DE CAMPO).

Vários indígenas entenderam a mensagem, e hoje em dia, alguns deles que se formaram na educação hoje atuam como professores nas próprias aldeias, exercendo forte influência também como lideranças. É através deles que ainda se consegue manter as tradições junto às porções da população que não se deixaram levar pelas ilusórias promessas da globalização, ou pelo menos souberam contornar os problemas que estas poderiam causar às suas comunidades. Em outras palavras, souberam discernir e assimilar as coisas boas que vinham de fora sem se afastar da própria tradição.

Com a abertura à educação, o ingresso dos idosos ao benefício social da aposentadoria e outras várias mudanças, frutos da globalização, a coisa despencou de vez. Os bens coletivos e o senso comunitário começaram a ser questionados pelos grupos das gerações mais novas; as próprias instituições políticas e sociais foram se transformando e perdendo seu valor e sentido tradicionais.

A organização social e controle da comunidade, tradicionalmente coube aos anciãos homens e mulheres, isto é, os mais experientes ou sábios no âmbito da própria cultura e tradições; enquanto que, a organização política era delegada por sucessão ou escolha daqueles que se destacavam na liderança, defesa e proteção do povo, e sobretudo, que possuíssem espírito generoso.

No sistema tradicional coletivo do bem comum, ninguém na comunidade tinha mais ou menos que o outro e ninguém passava necessidade, pois além dos bens serem comunitários o sistema da retribuição era uma prática comum entre os indígenas, baseado no seguinte princípio: *“Se hoje eu tenho, partilho com a comunidade, na certeza que, se amanhã eu não tiver, não faltará quem se compadeça de mim ...”*

Os povos nativos da Amazônia possuem um forte sentido comunitário. Vivem assim “o trabalho, o descanso, os relacionamentos humanos, os ritos e as celebrações. Tudo é compartilhado. A vida é um caminho comunitário onde as tarefas e as responsabilidades se dividem e compartilham em função do bem comum (cf. QAm 20).

No sistema tradicional, os bens comuns eram distribuídos pelo cacique ou lideranças da comunidade, de acordo com as necessidades. Depois que se começou a ter acesso aos benefícios sociais do governo, começando pelas aposentadorias dos idosos, e o individualismo passou a reinar na comunidade.

O egoísmo neoliberal tinha contaminado a juventude; era muito comum ouvi-los dizer: a aposentadoria é dos nossos velhos e, por tanto, cabe à família dispor dela como quiser. Logo, pela cobiça e inexperiência dos novos, os primeiros a passar necessidade foram os próprios idosos (DIARIOS DE CAMPO).

PRESSÃO EXTERNA

Fronteiras econômicas, políticas e de poder

As divisões internas, “fronteiras ideológicas e de poder” dão passagem às pressões externas, dando assim origem às **fronteiras econômicas, políticas e de poder**, colocando o antagonismo entre populações indígena e comunidades tradicionais e a sociedade.

Enquanto a divisão interna das comunidades indígenas se gestava por si, digamos, pela incompreensão e falta de experiência das gerações mais novas, as pressões externas começaram a se manifestar.

Enquanto os guerreiros mais novos ficavam iludidos nas promessas de mudança introduzidas pela ideologia da globalização, aguardando que estas “caírem do céu”, começaram aparecer as tentativas de invasão das terras indígenas por todo canto. Organizadas no começo por pequenos grupos de aventureiros, tentando reavivar os resquícios da “grilagem de terra”, do passado ainda latente na região amazônica.

As disputas entre os pequenos, sabendo que ambos se encontram num mesmo lado da balança, geralmente se resolviam no diálogo e no bom senso. No entanto, fica latente a suspeita de que grupos mais poderosos estejam por trás das ações de invasão realizadas por pequenos, utilizando-os apenas como ponta de lança.

As suspeitas não demoram a se confirmar, logo aparecem poderosos grupos políticos e econômicos saindo em defesa dos “coitados” invasores das terras indígenas, se escoltando nos desgastados slogans: *“Para que tanta terra, para poucos índios ...? O índio não produz, só causa prejuízo!”*

Em relação aos indígenas diz o Papa:

“As suas vidas e preocupações, a sua maneira de lutar e sobreviver não interessavam, considerando-os mais como um obstáculo de que nos temos de livrar do que como seres humanos com a mesma dignidade que qualquer outro e com direitos adquiridos” (QAm 12).

Criou-se assim um antagonismo entre os indígenas, moradores e protetores da terra e do meio ambiente, e os grupos de poder, interessados apenas no lucro e na exploração. Dali em diante iniciou-se uma luta dos poderosos contra os pequenos. De um lado os povos indígenas, moradores e donos legítimos das terras tradicionalmente por eles ocupadas. E, do outro lado os poderosos grupos do poder político e econômico, se digladiando numa luta de “Davi contra Golias”, que vem se alastrando há décadas; por vezes no campo de batalha; por vezes transitando em diversos escalones no Congresso Nacional e no final de cada reviravolta, assemelha-se mais com uma “Guerra sem fim” de ficção científica, com a variante que nesta guerra quem sai perdendo sempre é o pequeno.

Como em toda contenda, tem aqueles que são a favor e, aqueles que são contra, seja de uma parte ou da outra. Da parte dos contendentes, cada um conta com seus aliados e apoiadores. Do lado dos pequenos, os aliados podem até parecer poucos, mas todos são de rostos calejados e conhecidos, são aqueles que confiam não só na justiça dos homens, mas na justiça divina, d’Aquele que é Pai e Criador de uns e, também dos outros.

Tudo isso acontece dentro de uma perspectiva que não reconhece os direitos dos povos nativos ou simplesmente os ignora como se não existissem e como se as terras onde habitam não lhes pertencessem. (cf. QAm 12).

Do lado dos grupos do poder econômico e político, os aliados sempre foram muito numerosos, mesmo que nem sempre se identificassem abertamente, é por todos sabido que grandes conglomerados de congressistas não somente são apoiadores, mas fazem parte dos grupos seja econômico como político. Dessa forma foi-se dando nome “às boiadas” que passaram pela porteira do conhecimento público, sendo denominadas como “bancada dos ruralistas”, “bancada do agronegócio” e inclusive a “bancada dos evangélicos”, e assim por diante.

O auge dessa epopeia, que como já foi dito vem se alastrando há décadas aconteceu no período de 2018 a 2022, no qual o Poder Executivo, aliado número um dos grupos de poder, colocou à disposição destes todo o aparato executivo do seu governo.

O desfecho ainda não chegou ao fim, por vezes a “balança da justiça” parece inclinar-se a favor dos pequenos ..., mas as artimanhas do poder voltam aparecer, e ali as coisas parece que retornam à estaca zero. A cobiça dos poderosos não acabou e, nunca acabará, sempre aparecerão por ali, para tirar proveito do pouco que sobrar para os pobres e os pequenos.

CONCLUSÃO

Questões simples, que poderiam ter sido contornadas e assimiladas através da escuta dos anciãos, sábios e mais experientes na vida; ou quem sabe até na escuta às orientações dos missionários, que atuavam sem outros interesses a não ser a convicção de estar colaborando na construção de um futuro melhor não só para as populações indígenas, mas para toda a humanidade desse planeta chamado Terra, a “Nossa Casa Comum”.

Num cenário como o descrito nesse artigo, não devem ser poucas as vezes que chega a vontade de largar tudo é ir à procura de melhores rumos ... Mas não é pelo interesse pessoal, bens materiais ou vitórias gloriosas que o missionário *ad gentes* deixa tudo, e vai ... É por terem ouvido aquele mesmo chamado que o próprio Jesus Cristo fez aqueles que deixaram tudo e foram.

Pode acontecer que, uma ou várias questões apareçam no final da narrativa. Por exemplo: onde ficaram mesmo as “novas fronteiras”, ou no meio desse embrulho todo onde que estavam os tais de missionários *ad gentes*?

As fronteiras, como foi salientado ao longo da narrativa, em sua maioria são ideológicas, mas reais no nosso dia a dia, cabe a cada um descobri-las, dependendo do lado que se coloque nessa contenda. O missionário que escolheu se colocar do lado dos privilegiados do Reino, sofre junto quando se tem que sofrer, mas também se alegra quando é tempo de sorrir, nas derrotas chora junto e nas vitórias celebra com júbilo.

As derrotas a gente esquece logo, mas as vitórias ficam marcadas para sempre. E, essas tem sido nossas nos últimos tempos: celebramos junto com toda a Igreja o Sínodo para a Amazônia; nos renovamos e alegamos celebrando os 50 anos do Documento de Santarém. Ora, se é para celebrar mesmo. Lá vamos nós, junto com os pequenos, “*o resto dos povos da Amazônia*”. Refazendo a **Memória**, na **Esperança**, **Mística** e **Resistência**, revivendo os 50 anos da criação do Conselho Indigenista Missionário, CIMI.

O Papa Francisco como plena razão, tem falado, inúmeras vezes seja nos seus discursos como nas exortações, da importância da figura do missionário no meio dos povos indígenas, e nós acreditamos que assim seja, por tanto concluímos com as suas próprias palavras.

Oxalá não seja inútil tanto esforço, sofrimento, mas tenhamos dado um salto para uma nova forma de viver e descobramos, enfim, que precisamos e somos devedores uns dos outros, para que a humanidade renasça com todos os rostos, todas as mãos e todas as vozes, livres das fronteiras que criamos (QAm 35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

IV ENCONTRO DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA LEGAL. **Documento de Santarém 50 anos**. Gratidão e Profecia. Brasília: CNBB, 1022.

V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. **Documento de Aparecida**. Brasília: CNBB, 2007.

FRANCISCO. **Misericórdia Voltus**. Bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia. São Paulo: Paulinas, 2015

FRANCISCO. **Carta encíclica Fratelli Tutti**. Sobre a fraternidade e a amizade social. Brasília: CNBB, 2020.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-sinodal Querida Amazônia**. Ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Brasília: CNBB, 2020.

MISSIONÁRIOS XAVERIANOS. **Diários de Campo 1997-2003**. Redenção, PA: Biblioteca da Pastoral Indigenista, 2003.